

2017

REFERENCIAIS PARA O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



Grupo de Trabalho de Institucionalização do Sistema
Universidade Aberta do Brasil
Portaria CAPES Nº 3, de 5 de janeiro de 2017





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES

**REFERENCIAIS PARA O PROCESSO DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)
NO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)**

Brasília, DF, agosto de 2017.

Documento produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Portaria Capes nº 3, de 5 de janeiro de 2017, composto pelas seguintes instituições e seus representantes:

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Diretoria de Educação a Distância:

- Titular: Carlos Cezar Modernel Lenuzza;
- Suplente: Maria Cristina Mesquita da Silva.

MEC – Ministério da Educação/SESu

- Titular: Elizabeth Balbachevsky;
- Suplente: Cleunice Matos Rehem.

Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior:

- Titular: Maria José de Sena – Universidade Federal Rural de Pernambuco;
- Suplente: Myrian Thereza de Moura Serra – Universidade Federal de Mato Grosso.

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

- Titular: Vanessa Battestin Nunes – Instituto Federal do Espírito Santo;
- Suplente: Sonia Regina de Souza Fernandes – Instituto Federal Catarinense.

Abruem – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais:

- Titular: Klaus Schlünzen Junior – Universidade Estadual Paulista;
- Suplente: Eloisa Maia Vidal – Universidade Estadual do Ceará.

Participante convidada:

- Ilka Marcia Ribeiro de Souza Serra – Presidente do Fórum de Coordenadores do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

APRESENTAÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2006, possui o objetivo de universalizar o ensino superior no país, oferecendo cursos para camadas da população com dificuldade de acesso a esse nível de ensino, fomentando iniciativas de educação da modalidade de Educação a Distância (EAD), por meio das instituições de ensino superior (IES) públicas brasileiras.

A iniciativa de criação do Sistema UAB está diretamente ligada à perspectiva de atendimento a grandes demandas de estudantes, sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação do público atendido.

De acordo com o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que institui o Sistema UAB, cabe a este cumprir suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração da União com as unidades federativas, visando sempre a melhoria da qualidade da educação básica, ofertando, para tanto, cursos de formação inicial e continuada para professores, obedecendo às seguintes diretrizes:

I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV – ampliar o acesso à educação superior pública; V – reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI – estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância; e VII – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006b, art. 1º)

Para atender a essas diretrizes e viabilizar cursos com qualidade, deve-se, mais do que garantir o acesso, manter um contingente de estudantes e de professores bem formados e atualizados. Com a criação da UAB, a história da EAD no Brasil passa a ser ponto de reflexão, tanto com relação à natureza das

organizações que disponibilizam cursos quanto em termos de suas vinculações administrativas, como o nível do ensino oferecido e os meios ou suportes escolhidos, assim como a modelagem e a duração desses cursos.

Após mais de uma década de atuação, a UAB reúne 106 IES, entre universidades federais, estaduais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Entre os dados mais relevantes, as 106 IES oferecem atualmente mais de 630 cursos de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação, ampliando o acesso e utilizando tecnologias para mais de 173 mil estudantes em todo o país.

Visando o aprimoramento da qualidade do sistema, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da sua Diretoria de Educação a Distância (DED), constituiu um Grupo de Trabalho (GT) em 3 de novembro de 2016, com o intuito de estabelecer referenciais para a institucionalização da EAD nas IES do Sistema UAB (BRASIL, 2017a).

Para garantir o desenvolvimento de parâmetros que pudessem contemplar os diferentes contextos e características do ensino superior brasileiro, a Capes indicou, para compor o GT, representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). O Ministério da Educação se fez presente por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da DED/Capes.

Em fevereiro de 2017, o GT realizou um levantamento sobre a oferta e administração dos cursos na modalidade EAD no âmbito da UAB. Com questões a respeito da estrutura organizacional, infraestrutura física e digital, recursos humanos, gestão, recursos financeiros, metodologias pedagógicas, documentos institucionais e gratificações profissionais, a pesquisa retratou um cenário que mostra a inexistência, nas IES respondentes, de um processo padronizado de institucionalização da EAD, ou que indique uma alternativa que possa ser considerada como exemplo. Em seguida foi discutido o processo de institucionalização da EAD nas IES, no âmbito da UAB.

Este documento é resultado do amplo debate e diálogo entre os membros

do grupo de trabalho, de suas experiências exitosas ou não, dúvidas e anseios das instituições que representam e que apresentam demandas e indicadores para a institucionalização da EAD nas IES. Com tais assuntos tratados com base nas legislações pertinentes, foram estabelecidas dez dimensões que podem ser contempladas para uma institucionalização de alcance pleno para os propósitos da UAB junto às IES.

Para melhor compreensão da relevância dessa iniciativa, a apresentação e o detalhamento das dimensões são antecidos por indicadores levantados a partir de dados do questionário. As questões elencadas auxiliaram a pensar nas diretrizes que podem nortear a gestão da EAD em todos os seus aspectos, garantindo melhores condições de planejamento, execução e pesquisa, bem como maior reconhecimento dos docentes e demais profissionais indispensáveis a essa modalidade educacional.

Os referenciais não são exclusividade do Sistema UAB. Qualquer IES, pública ou privada, com a EAD implementada ou em processo de implementação, pode se beneficiar ao considerar as recomendações elencadas neste relatório. E, mais importante, beneficiar os estudantes, objetivo principal de toda ação educacional.

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) constitui-se um marco da EAD no Brasil, no que se refere a sua legitimidade e visibilidade. Em seu artigo 80, refere-se à EAD e ao papel do Poder Público nesses termos: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Textos legais subsequentes, como os Decretos Federais nº 5.622/2005 e 5.773/2006, e, mais recentemente, o Decreto nº 9.057/2017, definem e regulamentam a EAD, tratando da sua normatização e apontando questões como a qualidade, a avaliação, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pautado pelas diretrizes curriculares e pelos padrões de qualidade de cursos nacionais e a integração da educação a distância ao projeto pedagógico de oferta de cursos superiores, entre outros aspectos (BRASIL, 2005, 2006a, 2017b).

Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu Referenciais de Qualidade de EAD (BRASIL, 2007) para a autorização de cursos de graduação e pós-graduação a distância, buscando assegurar que as instituições trabalhem continuamente, visando melhorias na criação, aperfeiçoamento e divulgação de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e profissionais que contribuam para superar os problemas regionais, nacionais e internacionais e que colaborem para o desenvolvimento sustentável dos seres humanos, sem exclusões, nas comunidades e ambientes em que vivem.

Nos referenciais também são destacados: a importância da análise de cada critério, assim como a articulação entre eles para uma abordagem global e para a construção e o bom desenvolvimento do projeto do curso; o respeito à realidade cultural, social e econômica dos discentes e da região e às particularidades das organizações; circunstâncias e características essas que devem estar presentes na construção da proposta didático-pedagógica do curso.

Para a concretização dos objetivos elencados, são indicados itens básicos, como a integração de políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior; desenho do projeto; equipe profissional multidisciplinar;

qualidade dos recursos educacionais; infraestrutura e apoio; avaliação; convênios; custos e outros, que devem nortear as instituições que pretendem criar programas de graduação e pós-graduação a distância ou híbridos e que servirão, também, como orientação às Comissões de Especialistas durante análise e avaliação dos projetos.

Nessa perspectiva, este documento concebe como processo de institucionalização da EAD no Brasil o estabelecimento e a aplicação de um conjunto de diretrizes, orientações e ações legais, organizacionais, administrativas, pedagógicas e acadêmicas, para termos a sua compatibilidade sistêmica em toda IES, visando atender, por meio de cada ação proposta de educação *online* ou híbrida, a realidade da comunidade na qual se insere, as políticas públicas e a expectativa do mundo do trabalho, sem ferir a autonomia universitária.

2. CENÁRIO ATUAL DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD NAS IES DO SISTEMA UAB

A seguir, apresentam-se os dados resultantes da aplicação do questionário referente ao processo de institucionalização da EAD nas IES do Sistema UAB. Composta por 22 questões fechadas, a investigação foi respondida por sessenta e quatro (64) IES¹, dentre elas 34 universidades federais, 17 universidades estaduais e 13 institutos federais, e os resultados estão detalhados a seguir, sintetizados também em tabelas.

2.1 Estrutura organizacional da unidade gestora de EAD

As unidades gestoras dividiram-se em diretorias (21,9%), núcleos (18,8%), coordenações (12,5%), secretarias (10,9%), centros de referência (9,4%), unidades acadêmicas (4,7%) e *campi* (4,7%).

Tabela 1 – Estrutura da unidade gestora da EAD na IES

Tipo de estrutura da unidade gestora de EAD da instituição	% das instituições
Diretoria	21,9%
Núcleo	18,8%
Coordenação	12,5%
Secretaria	10,9%
Centro de Referência	9,4%
Unidade Acadêmica	4,7%
<i>Campus</i>	4,7%
Outros	17,1%
Total geral	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

¹ Embora 64 IES tenham retornado o questionário, nem todas as questões foram respondidas por todas as instituições.

2.2 Localização da unidade gestora de EAD na estrutura organizacional da IES

Com relação à sua posição na estrutura organizacional, 62,5% das unidades de EAD são subordinadas à reitoria, 25,0% à pró-reitoria de ensino e 6,3% a um *campus*.

Tabela 2 – Localização da unidade gestora de EAD na estrutura organizacional da IES

Localização, na estrutura organizacional, da unidade de EAD	% das instituições
Subordinada à reitoria	62,5%
Subordinada à pró-reitoria de ensino	25,0%
Subordinada a um <i>campus</i>	6,3%
Centro de Ensino – Unidade Acadêmica	1,6%
Subordinada aos conselhos superiores	1,6%
Subordinada à pró-reitoria de graduação	1,6%
Regimental como os demais centros	1,6%
Total geral	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.3 Atribuições da unidade gestora de EAD

Nesta questão, cada respondente pode assinalar quantas atribuições haviam em sua unidade. Além disso, existia um espaço para a inclusão de outras. Em decorrência disso, obtivemos uma porcentagem elevada em algumas categorias, como: apoio institucional para a oferta de cursos a distância (68,8%), apoio na elaboração de projetos de cursos a distância ou semipresenciais (65,6%), administração de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e outros *softwares* educacionais (64,1%), apoio institucional na oferta de disciplinas a

distância em cursos presenciais (64,1%), produção de videoaulas e outros vídeos (60,9%), apoio institucional no uso de tecnologias na educação (56,3%), produção de salas para o AVA (56,3%). As atividades menos citadas (por menos de 45% das IES) relacionam-se com pesquisa e extensão, produção de *softwares* educativos, ilustrações e animações, bem como em relação a transmissões ao vivo.

Tabela 3 – Atribuições da unidade gestora de EAD

Atribuições da unidade gestora de EAD	% das instituições
Apoio institucional na oferta de cursos a distância	68,8
Apoio na elaboração de projetos de cursos a distância ou semipresenciais	65,6
Administração de Ambiente Virtual de Aprendizagem e outros <i>softwares</i> educacionais	64,1
Apoio institucional na oferta de disciplinas a distância em cursos presenciais	64,1
Produção de videoaulas e outros vídeos	60,9
Apoio institucional no uso de tecnologias na educação	56,3
Produção de salas para o Ambiente Virtual de Aprendizagem	56,3
Atividades de pesquisa	43,8
Atividades de extensão	40,6
Produção de livro digital, impresso, revistas etc.	37,5
Transmissões ao vivo	37,5
Unidade acadêmica (oferta de cursos)	31,3
Produção de outros materiais (ilustrações, animações etc.)	31,3
Produção de <i>softwares</i> educativos e outros objetos de aprendizagem	28,1

Produção de Laboratório Virtual na Plataforma Sandbox	1,6
Outros	14,1

Fonte: Questionário DED/Capes

2.4 Estrutura física da unidade gestora de EAD

Entre as IES que responderam o questionário, 25 – ou seja, 39,1% – possuem local exclusivo (sede própria). Provavelmente, referiam-se à estrutura organizacional da instituição como um todo e não ao núcleo gestor de EAD como ente único em funcionamento na sede. Outra indicação: 26,6% relataram estar em um *campus* e 15,6% na reitoria.

Tabela 4 – Estrutura física da unidade gestora de EAD

Estrutura	% das instituições
Em local exclusivo (sede própria)	39,1%
Em local situado em um <i>campus</i>	26,6%
Em local compartilhado com a reitoria	15,6%
Em local exclusivo (alugado ou cedido)	9,4%
Outros	9,3%
Total geral	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.5 Estrutura física de EAD nos *campi*

Em relação a esta questão, os resultados indicaram:

- *Campi* com estrutura de polo de apoio presencial: 9,4% das IES relataram ter mais de 20 polos de apoio presencial, 39,1% das instituições têm de um a cinco, e 35,9% das instituições não têm nenhum polo.

- *Campi* com estrutura de apoio à EAD (núcleo, coordenação local, etc.): 50,0% das IES têm de um a cinco e 31,3% não têm nenhuma.

Tabela 5 – Estrutura física de EAD nos *campi*

Estrutura	Não possui	1 a 5	6 a 10	10 a 20	Mais de 20	Total
Quantidade de <i>campi</i>	18,8%	50,0%	9,4%	9,4%	12,5%	100,0%
Quantidade de <i>campi</i> com estrutura de polo de apoio presencial	35,9%	39,1%	3,1%	12,5%	9,4%	100,0%
Quantidade de <i>campi</i> com estrutura de apoio à EAD	31,3%	50,0%	4,7%	9,4%	4,7%	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.6 Recursos humanos que atuam com EAD na instituição

Com relação à unidade de gestão de EAD:

- Professores efetivos na unidade de gestão de EAD: 42,2% das IES têm até cinco professores, 17,2% contam com mais de 20 docentes, e 17,2% não possuem professores efetivos.
- Servidores administrativos efetivos na unidade de gestão de EAD: 37,5% têm de seis a dez, há 6,3% com mais de 20 servidores, e 7,8% não contam com nenhum servidor.

Com relação aos polos/núcleos/coordenação de EAD mantidos pela instituição²:

- Professores efetivos nos polos/núcleos/coordenação de EAD: 50,0% das instituições não possuem professores efetivos nesses locais, e 20,3% possuem até cinco professores efetivos.
- Servidores administrativos efetivos nos polos/núcleos/coordenações de EAD: 50,0% das instituições não possuem servidores efetivos nesses

² Os polos/núcleos/coordenações de EAD citados aqui são os mantidos pelas instituições, não sendo considerados os polos parceiros (tais como polos municipais).

locais, e 28,1% possuem até cinco.

- Os bolsistas UAB possuem maior representatividade nos polos/núcleos/coordenações de EAD, uma vez que 26,6% das IES afirmam ter mais de 20 bolsistas UAB nesses locais.

Tabela 6 – Recursos humanos que atuam com EAD na instituição

Profissionais	Nenhum	Até 5	Entre 6 e 10	Entre 11 e 20	Acima de 20	Total
Professores efetivos na unidade de gestão de EAD	17,2%	42,2 %	14,1%	9,4%	17,2%	100,0 %
Servidores administrativos efetivos na unidade de gestão de EAD	7,8%	29,7 %	37,5%	18,8%	6,3%	100,0 %
Bolsistas da UAB na unidade de gestão de EAD	12,5%	25,0 %	29,7%	12,5%	20,3%	100,0 %
Estagiários na unidade de gestão de EAD	42,2%	29,7 %	15,6%	7,8%	4,7%	100,0 %
Professores efetivos nos polos/núcleos/coordenações de EAD	50,0%	20,3 %	6,3%	4,7%	18,8%	100,0 %
Servidores administrativos efetivos nos polos/núcleos/coordenações de EAD	50,0%	28,1 %	9,4%	7,8%	4,7%	100,0 %
Bolsistas da UAB nos polos/núcleos/coordenações de EAD	29,7%	20,3 %	9,4%	14,1%	26,6%	100,0 %
Estagiários nos polos/núcleos/coordenações de EAD	70,3%	21,9 %	4,7%	1,6%	1,6%	100,0 %

Fonte: Questionário DED/Capes

2.7 Profissionais do quadro efetivo que atuam na unidade gestora da EAD

em sua carga horária regular de trabalho³

A maioria das IES não possui todos os profissionais indicados no questionário. Os mais observados são: técnico em assuntos educacionais (32,8% das instituições têm um, e 39,1% têm mais de um), técnico de TI (18,8% têm apenas um, e 40,7% têm mais de um).

Tabela 7 – Profissionais do quadro efetivo que atuam na unidade gestora da EAD em sua carga horária regular de trabalho

Profissionais	Acima de 3	Entre 2 e 3	Apenas 1	Nenhum	Total
Pedagogo	3,1%	20,3%	17,2%	59,4%	100,0%
Técnico em assuntos educacionais	14,1%	25,0%	32,8%	28,1%	100,0%
Designer educacional	6,3%	6,3%	14,1%	73,4%	100,0%
Revisor de textos	3,1%	9,4%	12,5%	75,0%	100,0%
Diagramador	4,7%	4,7%	15,6%	75,0%	100,0%
Ilustrador	3,1%	4,7%	3,1%	89,1%	100,0%
Programador visual	3,1%	4,7%	17,2%	75,0%	100,0%
Técnico de TI	18,8%	21,9%	18,8%	40,6%	100,0%
Analista de sistemas	3,1%	10,9%	17,2%	68,8%	100,0%
Roteirista	1,6%	3,1%	1,6%	93,8%	100,0%
Operador de câmera de TV	1,6%	4,7%	15,6%	78,1%	100,0%

³ Nessa pergunta pretendia-se obter o número de profissionais do quadro efetivo da instituição que atuam na unidade gestora de EAD. Entretanto, as respostas podem ter incluído profissionais de polos, *campi* etc., que atuam por meio de bolsas ou outro tipo de pagamento.

Outros	20,6%	14,3%	9,5%	55,6%	100,0%
--------	-------	-------	------	-------	--------

Fonte: Questionário DED/Capes

2.8 Quantidade de funções gratificadas ou comissionadas

As respostas obtidas para esta questão estão descritas como:

- 17,2% das IES não possuem;
- 75,1% possuem entre uma e cinco;
- 7,9% possuem entre seis e doze.

Tabela 8: Quantidade de funções gratificadas e comissionadas destinadas à unidade gestora de EAD

Quantidade	% das instituições
0	17,2%
1	26,6%
2	20,3%
3	14,1%
4	6,3%
5	7,8%
6	1,6%
7	3,1%
8	1,6%
12	1,6%
Total geral	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.9 Documentos institucionais que contemplam a EAD

Em 25,0% das IES há um documento que contempla o esforço docente para EAD, 45,3% têm documentos que tratam de disciplinas a distância em cursos presenciais, e 12,5% não abordam a EAD no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para estas últimas, causa estranheza a ausência no PDI da IES, uma vez que se trata de item obrigatório para fins de credenciamento junto ao MEC, o que nos leva a concluir que o representante da IES que respondeu ao questionário desconhece essa exigência ou tem baixa familiaridade com o PDI de sua IES administrativa, o que é uma situação preocupante.

Tabela 9 – Documentos institucionais que contemplam a EAD

Documentos	% das instituições
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	87,5%
Estatuto ou regimento da instituição	65,6%
Resolução que permita o uso de disciplinas a distância em cursos presenciais	45,3%
Regulamentos de organização didática	45,3%
Regimento do núcleo gestor de EAD	40,6%
Resolução de esforço docente (contemplando atuação da EAD na carga horária de trabalho)	25,0%
Outros	23,4%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.10 Responsabilidade pela oferta de cursos a distância

Para 46,9% das IES, esta incumbência é da unidade de EAD e dos *campi*, o que pode caracterizar pouco envolvimento das demais unidades acadêmicas para a execução de ações na modalidade.

Tabela 10 – Responsabilidade pela oferta de cursos a distância

Responsável	% das instituições
A unidade de EAD e os <i>campi</i>	46,9%
A unidade gestora de EAD	35,9%
Os <i>campi</i>	17,2%
Total geral	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.11 Quantidade de cursos a distância oferecidos pela instituição, por nível

No período de 2006 a 2016, 62,5% das instituições ofereceram de um a cinco cursos de graduação, e 51,6% ofereceram de um a cinco cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os cursos técnicos e os cursos de formação inicial e continuada (FIC) foram os menos oferecidos, sendo que 70,3% das instituições não ofereceram nenhum curso técnico e 78,1% não ofereceram nenhum curso FIC⁴.

Tabela 11 – Quantidade de cursos a distância oferecidos pela instituição, por nível

Nível	Nenhum	De 1 a 5	De 5 a 10	Acima de 10	Total
Técnico	70,3%	15,6%	6,3%	7,8%	100,0%
Graduação	9,4%	62,5%	15,6%	12,5%	100,0%
Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	14,1%	51,6%	21,9%	12,5%	100,0%
FIC	78,1%	12,5%	0,0%	9,4%	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

⁴ Como cursos FIC, pretendia-se obter cursos de curta duração ofertados pelas instituições. Porém, essa sigla pode ter causado confusão e as informações obtidas podem estar subestimando a real oferta nessa modalidade.

2.12 Tipos de cursos ativos na instituição

Para retratar um cenário atual, a questão referente aos cursos ativos das IES apresentou os seguintes resultados:

- Cursos a distância com fomento da UAB: 29,7% têm acima de dez, e 46,9% têm de um a cinco. Apenas 7,8% não possuem cursos com fomento UAB.
- Cursos a distância sem fomento: 26,6% têm de um a cinco, e 71,9% não possuem cursos a distância com outro tipo de fomento sem os recursos da UAB, o que caracteriza uma forte dependência do sistema UAB para a oferta de cursos a distância.
- Disciplinas a distância em cursos presenciais: Apenas 26,6% das IES que responderam indicaram não possuir tais disciplinas.

Tabela 12 – Tipos de cursos ativos na instituição

Tipos de cursos ativos na instituição	Acima de 10	De 5 a 10	De 1 a 5	Nenhum	Total
Cursos a distância com fomento UAB	29,7%	15,6%	46,9%	7,8%	100,0%
Cursos a distância com fomento da Etec	4,7%	6,3%	14,1%	75,0%	100,0%
Cursos a distância com outros tipos fomento	4,7%	3,1%	31,3%	60,9%	100,0%
Cursos a distância sem fomento externo	0,0%	1,6%	26,6%	71,9%	100,0%
Disciplinas a distância em cursos presenciais	29,7%	7,8%	35,9%	26,6%	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.13 Profissionais que atuam nos cursos a distância que não possuem fomento externo

Dentre as IES que possuem cursos a distância sem fomento externo, os profissionais que atuam na unidade gestora em sua carga regular de trabalho

que mais aparecem na pesquisa são: coordenador de curso (21,9%), professor formador (20,3%), secretário de curso (17,2%) e tutor a distância (14,1%).

Tabela 13 – Profissionais que atuam nos cursos a distância que não possuem fomento externo

Profissionais	% das instituições
A instituição não possui cursos a distância sem fomento externo	71,9
Coordenador de curso	21,9
Professor formador	20,3
Professor conteudista	20,3
Secretário de curso	17,2
Tutor a distância	14,1
Pedagogo	12,5
Coordenador de TCC	10,9
Designer educacional	10,9
Tutor presencial	7,8
Coordenador de tutoria	7,8
Coordenador de polo	6,2
Outro	4,7
Tutor de laboratório	3,1

Fonte: Questionário DED/Capes

2.14 Em quantos polos, em média, um curso sem fomento externo é ofertado

O percentual de 24% das instituições oferece cursos sem fomento externo em até três polos presenciais.

Tabela 14 – quantidade de polos, em média, nos quais um curso sem fomento externo é ofertado

Quantidade de polos	% das instituições
Apenas 1	12%
Entre 2 e 3	12%
Entre 4 e 5	4%
Entre 6 e 10	6%
Acima de 10	1%
A instituição não possui cursos a distância sem fomento externo	65%
Total	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.15 Onde se localizam os polos de apoio presencial para cursos SEM fomento externo

Constatou-se que 88,9% dos polos de apoio presencial dos cursos sem fomento externo localizam-se em *campi* da própria instituição, o que de certa maneira pode ser compreendido, uma vez que implica o uso de uma infraestrutura já existente.

Tabela 15 – Localização dos polos de apoio presencial – cursos sem fomento externo

Localização	% das instituições
Polos federais, por meio de parcerias	11,1%

Polos municipais, por meio de parcerias	11,1%
Polos UAB	5,6%
São <i>campi</i> da própria instituição	88,9%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.16 Registro das matrículas dos alunos de EAD⁵

O registro da matrícula dos alunos dos cursos a distância em sua grande maioria é realizado nos *campi* ofertantes (40,6%) e na unidade gestora de EAD (43,7%).

Tabela 16 – Registro das matrículas dos alunos de EAD

Local do registro	% das instituições
Na unidade gestora de EAD	40,6%
Nos <i>campi</i> ofertantes	43,7%
Nos <i>campi</i> que são polos de apoio presencial	14,1%
Outros*	26,6%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.17 Informar como ocorre a gestão dos recursos financeiros provenientes de fomento externo, como UAB e e-Tec

Para 50,0% das IES, a unidade gestora de EAD administra os recursos de fomento externo de TODOS os cursos EAD. Em 31,3% das IES, a unidade gestora de EAD administra os recursos de fomento externo apenas de SEUS

⁵ Nesta questão identificamos a necessidade de ser informado o local onde os alunos de cursos a distância são matriculados (para posteriormente contabilizarmos em indicadores e matriz orçamentária): se são todos matriculados de forma centralizada na unidade gestora de EAD, se são matriculados no *campus* ofertante do curso, se a matrícula é feita nos *campi* que atuam como polos presenciais. Poderia ser marcada mais de uma opção.

* Na opção outros foram citados os seguintes locais: diretorias ou divisões de registro acadêmico, pró-reitorias acadêmicas, no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), nos sistemas de registros acadêmicos das universidades, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa).

cursos.

Assim, a unidade gestora de EAD tem grande representatividade no gerenciamento dos recursos de fomento externo.

Tabela 17 – Gestão dos recursos financeiros provenientes de fomento externo

Como ocorre a gestão	% das instituições
A instituição não dispõe de recursos provenientes de fomento externo ⁶	6,3%
A unidade gestora de EAD administra os recursos de fomento externo apenas de SEUS cursos	31,3%
A unidade gestora de EAD administra os recursos de fomento externo de TODOS os cursos EAD	50,0%
Outros	10,9%
(Vazio)	1,5%
Total	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.18 Gestão dos recursos financeiros provenientes de matriz orçamentária ou orçamento estadual

Para 42,2% das IES, não há disponibilidade de recursos na matriz orçamentária, e em 17,2% a unidade gestora de EAD administra os recursos da matriz orçamentária de todos os cursos, o que caracteriza um baixo investimento institucional para ações de EAD nas IES.

Tabela 18 – Gestão dos recursos financeiros – matriz orçamentária ou orçamento estadual

⁶ Esta resposta pode estar relacionada ao fato da UAB não ter tido oferta de cursos nos últimos dois anos.

Como ocorre a gestão	% das instituições
A instituição não dispõe de recursos na matriz orçamentária para EAD	42,2%
A instituição não dispõe de recursos no orçamento estadual para EAD	7,8%
A unidade gestora de EAD administra os recursos da matriz orçamentária apenas de SEUS cursos	12,5%
A unidade gestora de EAD administra os recursos da matriz orçamentária de TODOS os cursos EAD	17,2%
A unidade gestora de EAD administra os recursos do orçamento estadual apenas de SEUS cursos	4,7%
A unidade gestora de EAD administra os recursos do orçamento estadual de TODOS os cursos EAD	1,6%
Outros	10,9%
(Vazio)	3,1%
Total	100,0%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.19 Metodologias – recursos e tecnologias utilizados

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem são utilizados por quase todas as IES (98,4%), além do elevado uso de material impresso e de plataformas de videoconferência, demonstrando ainda que as IES se mantêm em modelos pedagógicos e estratégias centradas em recursos muito próximos dos vivenciados em salas de aula convencionais.

Tabela 19 – Quais recursos e tecnologias são utilizados

Recursos e tecnologias	% das instituições
-------------------------------	---------------------------

Ambientes Virtuais de Aprendizagem	98,4%
Animações	53,1%
Atendimento ao aluno por telefone ou <i>call center</i>	54,7%
Materiais impressos	82,8%
Plataformas de vídeo ou <i>web</i> conferência	85,9%
Redes sociais	60,9%
Transmissões via satélite	7,8%
Videoaulas	89,1%
Outros	10,9%

Fonte: Questionário DED/Capes

No item “outros”, as respostas se relacionam a visitas técnicas, ouvidoria EAD, aulas presenciais, grupos de WhatsApp e laboratórios virtuais, *help desk*, interatividade entre lousa digital, transmissão via *web* e jogos educacionais.

2.20 Planejamento e mediação pedagógica das disciplinas a distância dos cursos sem fomento externo

Em 55,6% das IES que não recebem fomento externo, os professores de uma disciplina atuam juntos no planejamento e cada um faz a mediação pedagógica de uma ou mais turmas. Já em 33,3%, um único docente planeja a disciplina e outros podem atuar apenas na mediação, como tutores. Havia a possibilidade de escolher mais de uma opção, sendo que 11,1% das instituições marcaram as duas alternativas citadas anteriormente.

Tabela 20 – Planejamento e mediação pedagógica – cursos sem fomento externo

Mediação pedagógica	% das instituições
Docência coletiva/compartilhada – os professores de uma disciplina atuam juntos no planejamento e cada um faz a mediação pedagógica de uma ou mais turmas	55,6%
Um único docente planeja a disciplina e outros docentes podem atuar apenas na mediação pedagógica (como tutores)	33,3%
Docência coletiva/compartilhada – os professores de uma disciplina atuam juntos no planejamento e cada um faz a mediação pedagógica de uma ou mais turmas. Um único docente planeja a disciplina e outros docentes podem atuar apenas na mediação pedagógica (como tutores)	11,1%
Total	100,0

Fonte: Questionário DED/Capes

2.21 Como ocorrem as atividades e avaliações presenciais em cursos a distância SEM fomento externo

Em 66,7% das instituições, o professor da disciplina vai ao polo presencial para a realização dessas atividades. Por sua vez, 27,8% das instituições realizam tais atividades com a presença do tutor a distância. Foi verificado o mesmo percentual em relação à participação do tutor presencial nas atividades no polo.

Em algumas instituições pode ocorrer mais de uma situação, por isso a somatória das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Tabela 21 – Atividades e avaliações presenciais em cursos a distância sem fomento externo

Responsável pelas atividades e avaliações presenciais	% das instituições
O professor da disciplina vai ao polo presencial para realização	66,7%

dessas atividades

O tutor a distância da disciplina (caso haja) vai ao polo presencial para realização dessas atividades	27,8%
O tutor presencial (caso haja) realiza essas atividades no polo	27,8%
Outro profissional da instituição realiza essas atividades no polo	22,2%

Fonte: Questionário DED/Capes

2.22 Relação tutor/aluno utilizada na instituição para cursos a distância

A pesquisa demonstrou que grande parte das IES trabalha com o número de 25 alunos por tutor, parâmetro próximo ao indicado pelo sistema UAB.

Tabela 22 – Relação tutor/aluno utilizada na instituição para cursos a distância

Relação tutor/aluno	% das instituições
1 tutor para até 20 alunos	39,1%
1 tutor para 21 a 35 alunos	43,8%
1 tutor para 36 a 50 alunos	15,6%
1 tutor para 51 a 100 alunos	1,5%
Total	100,0%

Fonte: Questionário DED/CAPES

De maneira mais global, em 82,9% das instituições cada tutor é responsável por até 35 alunos, o que representa um bom indicador.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO ATUAL DA EAD NAS IES DO SISTEMA UAB

Com relação aos 22 itens destacados anteriormente, são apresentadas aqui considerações que contribuem para a análise e entendimento do cenário em que se encontram as IES do sistema UAB nos processos de gestão da EAD.

A respeito da estrutura das unidades gestoras (item 2.1), constata-se, por meio dos dados, que são compostas, em sua maioria, por diretorias, coordenadorias e núcleos, cuja organização não nos permite avaliar o grau de autonomia administrativa e pedagógica, considerando que cada IES tem formas diferenciadas de funcionamento.

Por sua vez, a localização (item 2.2) dos setores gestores da EAD, dentro da estrutura organizacional da IES, corresponde em sua maioria a uma área subordinada administrativamente e, portanto, economicamente. Somente uma corresponde a uma unidade independente, as demais são vinculadas à reitoria ou à pró-reitoria de ensino ou a um *campus*. Isso demonstra que a gestão da EAD dentro dessa hierarquia depende de ou está ligada a orientações e normatizações de suas administrações superiores.

Assim, os indicadores, diante dos dados, são:

- Estrutura organizacional: a maior parte indica elementos da gestão em diretorias e núcleos. Contudo, considera-se importante que as IES instituem uma gestão da EAD o mais autônoma possível e que implemente ou ao menos oriente políticas, diretrizes e padrões articulados com as políticas e diretrizes nacionais.
- Gestão organizacional da EAD: os dados apontam que na maioria das instituições o núcleo gestor de EAD está subordinado à reitoria ou a alguma instância desta, como pró-reitoria de ensino. A estrutura física também é diversificada, alguns sendo em espaços compartilhados com a reitoria ou outro *campus*, e outros em local exclusivo. Seria desejável que a gestão da EAD nas IES estivesse efetivamente vinculada à reitoria e, preferencialmente, em sede exclusiva, atendendo transversalmente às necessidades do ensino, pesquisa e extensão. Programas de fomento, tais como UAB, devem estar subordinados a essa estrutura, pois estariam melhor articulados com outras ações da IES.
- Recursos humanos: os dados apontam para quantitativos bastante diferentes

entre as instituições. Considera-se que a estrutura da EAD nas IES deve possibilitar quadro docente e administrativo próprios, ainda que conte também com apoio de programas de fomento, tais como a UAB. Isso permitiria constância no desenvolvimento de ações por parte da IES, bem como uma possibilidade maior de oferta de suporte acadêmico aos professores e estudantes. A instabilidade no quadro de profissionais não é salutar, pois demonstra pouco compromisso da IES com o uso das TDIC no ensino superior e, portanto, insegurança institucional para assumir desafios.

– Regulamentação e documentação: os dados indicam que as instituições estão em diferentes níveis no que se refere aos documentos institucionais que contemplam a EAD. Considera-se que a EAD deve fazer parte das instituições e constar em seus documentos norteadores, tais como o PDI, seu estatuto ou regimento, ter regimento do núcleo gestor de EAD, resoluções de atividades docentes que contemplem e regulamentem sua participação em ações de educação híbrida ou em EAD, regulamento da organização didática, resolução para disciplinas a distância em cursos presenciais e uso de tecnologias na educação, ou documentos similares. A constituição de um conjunto de documentos legais certamente contribuirá para que todos os envolvidos possam ter as garantias necessárias para o desenvolvimento das mais diversas atividades acadêmicas que envolvam o uso das TDIC e EAD.

– Níveis de formação: os dados mostram que as instituições trabalham com cursos a distância de diversos níveis. Entende-se que, no processo de institucionalização da EAD, é interessante que as instituições efetivamente trabalhem cursos a distância nos diversos níveis, de acordo com sua missão, inclusive disciplinas a distância em cursos presenciais, em uma perspectiva de educação híbrida.

– Registro Acadêmico dos estudantes: os estudantes são matriculados também de forma diversificada, mas, de maneira geral, estão registrados ou na unidade gestora de EAD ou no *campus* ofertante. Para efeito de registro, é recomendável que os dados estejam hospedados em um mesmo sistema acadêmico, sem distinção entre estudantes presenciais ou da modalidade híbrida ou a distância.

– Gestão financeira: os dados indicam que a forma de gestão dos recursos é variada, sendo que em boa parte das instituições é o núcleo gestor de EAD que

a realiza, em outros casos o *campus* ofertante do curso. Porém, foi revelado um problema importante: grande parte das instituições não possui recurso próprio para EAD, contando exclusivamente com fomento de programas externos. Para que o processo de institucionalização ocorra, é recomendável que as instituições tenham outras formas de obtenção de recursos.

– Planejamento e gestão pedagógica: os dados revelam que a maioria das instituições adota uma metodologia diferente no caso de cursos sem fomento externo, em geral por meio da docência compartilhada e sem a presença de tutores. Algumas alternativas podem ser trabalhadas neste contexto, como docentes de outros *campi* ou instituições que atuem em parceria na oferta de cursos e disciplinas a distância, potencializando o uso das TDIC como forma de viabilizar mobilidade virtual estudantil e docente.

– Relação tutor/aluno: a relação tutor/aluno identificada por meio do questionário é, em média, de um tutor para 35 estudantes, sendo obedecidos os critérios atuais dos Referenciais de Qualidade da EAD. A recomendação geral é para que seja estipulada formalmente a média adotada em cada IES, de maneira a nortear a avaliação dos cursos a partir dos projetos pedagógicos iniciais, garantindo que os órgãos avaliadores possam definir parâmetros. Uma sugestão de parâmetro de referência – hoje adotado pela maioria das instituições – é de um tutor para 35 estudantes, ou tomando como referência a quantidade de alunos em uma turma do presencial.

Considerando as informações e indicadores elencados a partir dos dados obtidos e analisados, é possível perceber a necessidade do estabelecimento de diretrizes norteadoras para o processo de institucionalização da EAD ou da educação híbrida nas IES, visando fomentar um amplo diálogo institucional com os órgãos colegiados e, por meio deles, o estabelecimento dos propósitos de cada uma para a educação híbrida ou a distância.

O que será apresentado a seguir configura-se como um conjunto de princípios que consideramos importantes para serem amplamente estudados e discutidos, tomando como premissas o respeito ao contexto de cada IES, sua autonomia e sua capacidade de construir uma cultura de uso das TDIC como ferramentas que, associadas a boas práticas docentes, poderão contribuir para a criação de novos ambientes de aprendizagem.

4. DIRETRIZES E REFERENCIAIS NORTEADORES PARA O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EAD E DA EDUCAÇÃO HÍBRIDA NAS IES DO SISTEMA UAB

Com a identificação e apresentação do cenário em que se encontra a organização da EAD dentro das IES que compõem o sistema UAB, considera-se relevante apresentar dez dimensões que podem compor um conjunto de diretrizes norteadoras para o processo de institucionalização da EAD nas IES participantes do sistema.

Destaca-se, inicialmente, a importância do envolvimento e participação de toda a comunidade acadêmica e dos seus órgãos colegiados na definição, estruturação e reorganização da EAD em suas instituições, a partir das diretrizes apresentadas a seguir. Entende-se que sem tal comprometimento não se alcançarão os resultados necessários para tornar a modalidade efetivamente institucionalizada. Vale destacar que cada IES deve avaliar individualmente os aspectos estabelecidos, definir suas ações, metas e prazos. No processo de sua implementação, as necessidades, os diferentes contextos e a infraestrutura da IES também devem ser levadas em consideração de maneira a conservar as suas potencialidades e melhorar e/ou eliminar suas fragilidades.

Assim, para efetivamente se vislumbrar um processo consistente de institucionalização da EAD no âmbito do Sistema UAB, sugere-se que sejam contempladas as seguintes dimensões:

- 1) estatuto, PDI e outros documentos legais na IES;
- 2) estrutura administrativa e recursos humanos;
- 3) estrutura física e ferramentas tecnológicas de suporte à aprendizagem e à gestão;
- 4) abordagens pedagógicas e estratégias em ambientes de educação híbrida;
- 5) formação docente e participação em modelos híbridos de educação;
- 6) participação plena dos discentes;
- 7) avaliação institucional;
- 8) avaliação da aprendizagem e certificação;
- 9) modelos de financiamento;

10) parcerias, mobilidade e internacionalização.

4.1 Estatuto, PDI e outros documentos legais na IES

Para o processo de institucionalização da EAD, é necessário contar com a inserção de ações de educação híbrida e/ou a distância no PDI da IES. A falta de uma manifestação explícita no PDI fragiliza o processo de institucionalização, pois deixa a IES submetida a entendimentos subjetivos, ideológicos e arbitrários. Cabe à própria instituição a tarefa e a responsabilidade de construir o processo de institucionalização da EAD, planejar suas metas e ações futuras, considerando suas características, seu contexto, sua realidade regional, enfim, todo o seu entorno social, econômico, político e cultural.

Considera-se que a EAD deve fazer parte das instituições e constar em seus documentos norteadores. Além do PDI, outros documentos tais como estatuto ou regimento, regimento do núcleo gestor de EAD, resoluções de atividades docentes que contemplem e regulamentem sua participação em ações de educação híbrida ou em EAD, regulamento da organização didática, resolução para disciplinas a distância em cursos presenciais e uso de tecnologias na educação, ou documentos similares.

4.2 Estrutura administrativa e recursos humanos

Para atender a necessidade de procedimentos metodológicos e práticas docentes específicas para o modelo de educação híbrida e de uso das TDIC na educação, as IES devem investir na composição de uma estrutura acadêmica de apoio aos cursos, aos projetos de pesquisa e extensão, contribuindo para manter e ampliar o papel da instituição para uma sociedade mais democrática e justa. Esta estrutura acadêmica deve contemplar docentes e técnicos administrativos efetivos, incluindo-se aqui a definição de uma política institucional que regule a atividade de mediação pedagógica (tutoria), quer seja como um profissional docente do quadro efetivo da IES, quer seja como um colaborador credenciado, o que permite uma flexibilidade de atuação, ou por qualquer outra alternativa que defina e regule claramente sua participação.

A instituição deve ter um núcleo gestor de EAD, cujo dirigente responderá pela educação a distância. Os programas de fomento, tais como

UAB e e-Tec, devem estar subordinados a esse núcleo gestor. As atribuições de cada dirigente devem estar bem definidas em regimento próprio do núcleo, ainda que em um momento inicial do processo de institucionalização, uma mesma pessoa possa assumir mais de uma função. Outras funções de gestão podem ser necessárias, de acordo com o grau de institucionalização e o tamanho da equipe, e também devem constar no regimento. Salienta-se que os cargos de gestão devem ser assumidos por profissionais efetivos da instituição.

No caso de profissionais técnico-administrativos, recomenda-se que as IES contem com profissionais efetivos tais como: designers educacionais, *web designers*, projetistas gráficos, revisores, profissionais de audiovisual, profissionais de tecnologias de informação e comunicação, entre outros. Esses perfis profissionais frequentemente não fazem parte do quadro da IES e podem atender a toda instituição. Assim, é recomendado que estejam alocados no núcleo gestor de EAD.

No caso de docentes, a instituição deve contar com profissionais do quadro efetivo formados para trabalhar com a EAD e que atuem em uma perspectiva de educação híbrida, em cursos e disciplinas a distância e presenciais. Estes profissionais devem estar aptos a exercer a mediação pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem, para o acompanhamento do desenvolvimento do estudante, avaliação e *feedback* individual, a interação com e entre os estudantes, entre outras ações.

Os docentes aptos a atuar na EAD podem estar lotados nos *campi*, no núcleo gestor de EAD ou em ambos. No caso dos professores lotados no núcleo gestor de EAD, é importante ressaltar que, além de atuarem nos cursos a distância e presenciais da instituição, eles também são figuras-chave no apoio institucional no que se refere à EAD, como na implantação de cursos e disciplinas a distância nos *campi*, nas discussões institucionais sobre a modalidade, nos diversos fóruns e instâncias representativas, no processo de formação de equipes para atuar com a EAD, entre outros.

É importante também destacar a necessidade de reconhecimento da atividade de mediação pedagógica, quer seja ela exercida por um docente ou por um tutor, como nos processos de ensino e aprendizagem, o acompanhamento do desenvolvimento do estudante, a avaliação e o *feedback*

individual, a interação entre mediador e estudantes e a otimização da interação entre estudantes em rede, entre outras ações.

Nessa perspectiva, faz-se necessário refletir sobre a proporção quantitativa de tutor por estudantes – atualmente em um tutor para 35 estudantes –, uma vez que a educação híbrida tem maior alcance geográfico, educacional e social. Torna-se inviável realizar uma mediação pedagógica efetiva e de qualidade se a proporção não for adequada. Vale também alertar que as rápidas mudanças com as quais convivemos podem implicar na necessidade de novos arranjos administrativos e que essa flexibilidade deve estar prevista na organização administrativa, técnica e pedagógica de cada IES.

Finalmente, é recomendado que o núcleo gestor de EAD seja uma unidade autônoma, subordinada à reitoria como qualquer outra unidade acadêmica da IES.

4.3 Estrutura física e digital

As IES que atuam com a EAD devem estar continuamente empenhadas em manter infraestrutura física e digital adequadas à sua necessidade de atuação. Isso envolve a necessidade de recursos de investimentos e de custeio, além de pessoal especializado.

Essa estrutura deve ser prioritariamente centralizada no núcleo gestor de EAD, ainda que outras infraestruturas possam ser montadas nos *campi* e/ou em outras instâncias. O núcleo gestor de EAD pode estar localizado junto à reitoria ou outro *campus* da instituição, mas é interessante que esteja em local exclusivo para maior foco em suas ações e melhor atendimento institucional.

As IES devem investir em equipamentos e TDIC para o atendimento aos projetos de grande abrangência, bem como no planejamento dos recursos de tecnologia necessários a esse suporte capilar, variável e sujeito a frequentes mudanças com os avanços tecnológicos. Deverão disponibilizar equipamentos e servidores de alta capacidade de processamento, sistemas de armazenamento de dados (*storage*), excelente rede de dados, quer seja por aquisição dos recursos ou pela contratação de serviços terceirizados que não caracterizam a atividade-fim da IES. Neste caso, vale lembrar que o cenário atual de oferta de serviços de alta tecnologia por empresas pode ser uma alternativa interessante

para ser estudada, desde que não se caracterize como uma atividade-fim.

As IES devem ainda evoluir constantemente, demonstrando sintonia com as tendências nacionais e internacionais ao investir em TDIC e na formação de seu corpo de especialistas. Seus recursos devem ser empregados para atender diariamente os discentes, docentes e demais servidores envolvidos nas atividades de educação híbrida, sempre com o foco na sua atividade-fim, ou seja, a formação de profissionais com qualidade.

Em síntese, sugere-se que as IES, junto ao núcleo gestor de EAD, provenham e gerenciem os seguintes serviços e ambientes para a universidade e suas parceiras:

- Ambientes Virtuais de Aprendizagem com recursos de acessibilidade;
- sistema de gestão acadêmica acessível;
- acervo (repositório)/biblioteca digital acessível;
- serviços de webconferência acessíveis;
- estúdios para gravação de videoaulas;
- laboratórios virtuais;
- *software* e estrutura física para a produção de material didático;
- salas de tutoria;
- salas de videoconferência;
- salas de aula/auditórios;
- laboratórios didático-pedagógicos;
- instalações administrativas;
- polos de atendimento presencial.

4.4 Abordagens pedagógicas e estratégias na EAD e na educação híbrida

Enquanto os cursos com fomento externo, tais como aqueles do sistema UAB, possuem modelos e metodologias amplamente utilizadas pelas IES, quando se trata de cursos a distância institucionalizados isso pode mudar consideravelmente. Assim, a instituição deve adotar formas de trabalho adequadas a essa diversidade de realidades, mas sempre mantendo os seus referenciais de qualidade, que devem ser iguais a toda iniciativa, quer sejam com fomento externo ou não.

Entretanto, considerando que o aluno da EAD está muitas vezes sozinho

em um processo de autoestudo, abordagens pedagógicas que privilegiam a construção de conhecimento por meio da aprendizagem ativa devem ser consideradas. Essas devem estar associadas aos conceitos de educação híbrida de qualidade, propondo a aprendizagem por meio da colaboração entre os estudantes, o que os leva a assumir uma responsabilidade crescente em seu próprio processo de aprendizagem.

Devem ser construídos cenários de aprendizagem, aproveitando os espaços digitais que os estudantes compartilham, para promover processos de interação e comunicação, possibilitando aos estudantes condições para serem construtores do seu conhecimento. Portanto, é necessário que as IES estabeleçam meios de formar seus docentes para que façam uso de metodologias e estratégias pedagógicas que permitam construir ambientes de aprendizagem com essas características.

Além disso, os docentes e a equipe multidisciplinar devem estar envolvidos na elaboração de materiais didático-pedagógicos e meios de comunicação e interação que favoreçam os diversos estilos de aprendizagem e as necessidades de acessibilidade, por meio de elementos como a personalização, gamificação, customização e gestão autônoma da aprendizagem, consolidando, se possível, com ferramentas de mineração de dados que permitam o acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos estudantes.

Com isso, a tecnologia pode ser utilizada para que o aprendiz possa representar e formalizar conceitos e construir o seu conhecimento, de forma interativa, estabelecendo elevado grau de comunicação entre os agentes envolvidos.

Ao adotar este procedimento, a aprendizagem torna-se um produto do ambiente, das pessoas, ou de fatores que são externos ao estudante. Por exemplo, por meio das metodologias ativas, como desenvolvimento de projetos, aprendizagem baseada em problemas (PBL) e *design thinking*, ocorre o aperfeiçoamento da aprendizagem, gerenciada pelo próprio estudante e mediada pelo professor.

Tendo em vista suas especificidades e complexidades, é fundamental que os profissionais sejam formados para que compreendam a estrutura da EAD

e a maneira como os estudantes podem aprender por meio do uso das TDIC nessa modalidade, evitando assim a transposição de práticas da educação presencial e a transmissão de informações. É importante salientar que o processo de aprendizagem na EAD e na educação híbrida também perpassa pela curricularização da extensão e das atividades de pesquisa.

4.5 Formação docente e participação em modelos híbridos de educação

A combinação do presencial com o virtual, usando TDIC, pode nos conduzir a uma educação híbrida que reúne toda a competência docente com as potencialidades do digital. Empreender ações para uma educação híbrida implica fazer com que o professor se desprenda de modelos pedagógicos centrados na sua pessoa, limitados ao espaço e ao tempo da sala de aula. Significa uma oportunidade para o docente refletir sobre o próprio conceito de aula, de como se dá a sua interação com seus estudantes, de que maneira ocorre o aprendizado e como ele pode ser avaliado.

Nesta direção, a educação híbrida conduz o professor a participar de um processo formativo que deve ser contínuo, que o auxilie a definir um novo planejamento de atividades que não mais considera unicamente a sua presença física e a do estudante, mas principalmente como, juntos, podem construir ambientes de aprendizado que sejam significativos e contextualizados, independentes da relação espaço-tempo.

Para tanto, é necessário um processo de formação continuada e em serviço dos docentes, tutores e profissionais técnico-administrativos para atuarem segundo abordagens pedagógicas e estratégicas que favoreçam a construção do conhecimento nessa modalidade de educação. Embora as modalidades de educação presencial e a distância/híbrida tenham semelhanças, o modo como ambas se organizam e se configuram é diferente.

Logo, sugere-se que a IES estabeleça formalmente políticas de formação de seus quadros para atuar neste contexto de EAD e de emprego de TDIC na educação.

4.6 Participação plena dos discentes

A participação discente deve ser garantida mediante a articulação da gestão da EAD de cada IES, cujas ações devem garantir que os estudantes da modalidade de educação a distância ou híbrida tenham os mesmos direitos que os discentes da educação presencial em termos de representatividade e oportunidades.

A gestão de EAD deve empreender ações para que a instituição venha explicitar a representação discente em órgãos colegiados, elaboração de questionários específicos de autoavaliação, direito aos suportes acadêmicos, aos auxílios e aos outros serviços já previstos para os estudantes da educação presencial.

4.7 Avaliação institucional

Com relação à avaliação institucional, a IES deve propor meios de realizá-la consoante as ações executadas, corpo docente e discente de cursos, materiais pedagógicos construídos ou empregados, estratégias pedagógicas, recursos, entre outras.

Cada etapa do processo avaliativo deverá responder aos objetivos e princípios da IES, definidos por meio dos instrumentos formais bem elaborados: PDI, estatuto, legislação e modelos pedagógicos. A definição, elaboração e correção desses instrumentos deverão ser conduzidos por critérios claros e coerentes com todo o processo ao qual se destinam.

Para EAD e educação híbrida, a instituição deve estabelecer critérios específicos de avaliação. Devem ser avaliadas as estruturas dos polos de apoio presencial, os professores da disciplina, os mediadores (tutores), os materiais produzidos, a infraestrutura tecnológica, acessibilidade digital e arquitetônica dos polos de apoio presencial etc.

4.8 Avaliação da Aprendizagem e Certificação

Repensar a avaliação para um novo ambiente de ensino e de aprendizagem se faz necessário para atender ao novo perfil de discentes e de cursos, ambos engajados em uma sociedade cada vez mais virtualizada e globalizada, gerando um sistema de uso de tecnologias em educação que tem também como objetivo colaborar nesta avaliação por meio de técnicas e

recursos já amplamente explorados pelas áreas de Estatística e de TI (Mineração de dados e Learning Analytics).

Do ponto de vista do discente que será formado por esses cursos, os critérios para avaliar as ações propostas deverão estar coerentes com a articulação dos critérios que definem cada proposta pedagógica e sua finalidade. Os aspectos como a realidade cultural, social, econômica e geográfica dos discentes deverão ser considerados. Porém, os critérios de qualidade relativos ao curso devem ser mantidos.

Finalmente, é importante considerar que a difusão de ambientes e recursos abertos de aprendizagem exige que as IES reavaliem seus processos de certificação e de reconhecimento de atividades acadêmicas, com vistas a otimizar recursos, intercambiar ações, prover mobilidade estudantil, entre outras ações que devem ser referendadas e certificadas com regras bem definidas, mas que são prementes no momento.

4.9 Modelo de financiamento

Uma pesquisa realizada pela Câmara de EAD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) revela as dificuldades que as suas IES filiadas enfrentam quanto ao processo de institucionalização de órgãos vinculados a EAD e ao uso das TDIC dentro da própria instituição (SCHLÜNZEN JUNIOR, 2013).

Ações na direção de maior autonomia das IES para aplicação de recursos financeiros recebidos, nos limites permitidos pelos respectivos programas, poderão dar maior liberdade gerencial no planejamento de seus núcleos de EAD e, por conseguinte, propiciar melhor cenário para a sua institucionalização, bem como agilidade para as metas da UAB e demais sistemas e os seus respectivos referenciais de qualidade.

A gestão financeira dos cursos a distância das IES é realizada de forma diversificada, como mostrou o questionário aplicado. Algumas IES contam apenas com recursos oriundos de programas de fomento, enquanto outras possuem recursos na matriz orçamentária, orçamento estadual ou de outras fontes. A execução dos recursos também é de forma variada, podendo ser totalmente realizada pela própria instituição ou parte por fundações de apoio.

Nesse aspecto, vale ressaltar que o modelo de financiamento também deveria seguir essa vertente contextual, considerando as diferentes realidades das IES e das regiões nas quais elas se inserem.

Para que o processo de institucionalização ocorra, é importante e recomendável que as instituições busquem outras formas de captação de recursos bem como a qualificação do seu emprego. A captação de recurso implica em ações não apenas institucionais, mas também governamentais e das associações representativas das instituições, tais como Andifes, Conif e Abruem, para que haja destinação de recursos para ações inovadoras em EAD e educação híbrida. Para a qualificação do uso do recurso, há a necessidade de um contínuo processo de planejamento, revisão e avaliação, com a participação de todos os agentes, tendo em vista as dificuldades muitas vezes enfrentadas para a execução dos recursos financeiros, considerando ainda os períodos de contingenciamento. Para tanto, é importante que cada IES crie seus mecanismos internos para o estudo do valor do custo aluno EAD, na intenção de estipular os parâmetros de qualificação de sua oferta.

Hoje o financiamento do sistema UAB é distribuído em duas alíneas: a de custeio e a de bolsas. O caminho da institucionalização da UAB poderá propiciar gradativamente, considerando os contextos diversificados, uma migração da verba de bolsas para os recursos de custeio, permitindo maior autonomia das IES na priorização do uso dos recursos. Para tal, será considerado o custo aluno total definido pelo programa.

4.10 Parcerias, mobilidade, internacionalização

As IES deverão prever, com base em seu contexto, vocação e competências próprias, meios de estabelecimento de parcerias com outras IES em âmbito nacional e internacional, prevendo em suas normas a mobilidade presencial e virtual de estudantes, docentes e corpo técnico, visando ampliar sua presença e suas contribuições para o avanço da ciência e, por conseguinte, promover amplamente o processo de internacionalização e a presença do Brasil no desenvolvimento do conhecimento científico.

Nesse sentido, a gestão de EAD das IES deve propor, em âmbito interno e externo, projetos que permitam construções coletivas para a produção do

conhecimento em que os pesquisadores passem a atuar fora dos limites institucionais, quer sejam nacionais ou internacionais, e assumam enfoques transnacionais, interferindo diretamente nas políticas governamentais (agências de fomento) e associações interinstitucionais universitárias, por meio de:

- Programas de Cooperação Internacional;
- programas de formação – graduação: intercâmbio de estudantes de graduação (mobilidade virtual e presencial);
- programas de formação – pós-graduação: formação de pesquisadores em mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- programas de pesquisa conjunta entre países: cooperação científica interinstitucional;
- programas de formação – recursos humanos locais: apoio de visitas técnicas e atividades de compartilhamento de experiências e recursos;
- programas de formação interinstitucional: intercâmbio acadêmico de estudantes e/ou professores/pesquisadores para qualificação de gestores e corpo técnico.

No âmbito da UAB, propõe-se que o aluno participante dos convênios firmados por adesão entre as instituições possa ter vínculo temporário com uma IES receptora, dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de matrícula na(s) disciplina(s) pretendida(s) ou autorização para participar de outras atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Na primeira situação, a iniciativa deve possibilitar a homologação prévia de disciplinas de uma IES por outra, de forma a permitir ao estudante cursar e aproveitar disciplinas entre instituições. Assim, pretende-se facilitar:

- a) a mobilidade do estudante, caso venha a mudar de endereço;
- b) a disponibilização de disciplinas não previstas no calendário acadêmico das IES aos estudantes regulares e/ou de repercurso;
- c) a opção ao estudante de cursar disciplinas optativas homologadas na própria instituição ou em outras IES.

A DED, em parceria com as IES, poderá propor ações para o incentivo dessa mobilidade, com base na disponibilização de ferramentas virtuais para facilitar o processo de interação entre os AVA e homologação prévia de disciplinas, entre outras ações.

5. ASPECTOS CONCLUSIVOS

Este documento é oriundo do trabalho do GT de institucionalização do Sistema UAB e tem a finalidade de orientar as suas instituições atuantes a promoverem ações de institucionalização, tendo em vista a incorporação da EAD em suas atividades regulares e uma educação híbrida, em que a educação presencial e a distância caminhem conjuntamente, como modalidades complementares e de igual importância na construção de ambientes de aprendizagem no ensino superior. Além disso, pretende também apoiar futuras ações de fomento da DED/Capes no que se refere à UAB, garantindo sinergia e coparticipação institucional em todas as atividades decorrentes.

Como foi visto por meio do levantamento realizado junto às instituições do sistema UAB, a situação em relação ao processo de institucionalização da EAD é bastante diversificada e, em muitas instituições, bastante incipiente. Assim, um documento orientador se faz necessário. Porém, não foi objetivo do GT tratar de todas as ações necessárias à institucionalização da EAD, mas tão somente algumas que mais impactam e/ou são impactadas pelo sistema UAB, elencadas nas dez dimensões da seção 4.

Além disso, o GT não teve a pretensão de esgotar a discussão de institucionalização da EAD no contexto da UAB, mas iniciar um trabalho, que culminou com a entrega deste documento, que poderá ter continuidade no futuro. O estabelecimento dessas diretrizes servirá de ponto de partida ou de continuidade para o trabalho de incorporação da EAD e da educação híbrida na rotina acadêmica, e um importante instrumento norteador para planejamento e avaliação institucional.

Por fim, o GT sugere que haja continuidade do trabalho com ampla divulgação do documento, abrindo espaços para sugestões de toda comunidade envolvida no âmbito da UAB.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <<https://goo.gl/oXee3>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://goo.gl/ikkbG5>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 2006a. Seção 1, p. 6. Disponível em: <<https://goo.gl/Yx3bx>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006b. Seção 1, p. 4. Disponível em: <<https://goo.gl/r4VEK8>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/EENliQ>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria nº 3, de 5 de janeiro de 2017. Cria Grupo de Trabalho com o objetivo de Institucionalizar a UAB junto às Instituições de Ensino Superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 2017a. Seção 2, p. 12. Disponível em: <<https://goo.gl/m8lXdv>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2017b. Seção 1, p. 3. Disponível em: <<https://goo.gl/mtRPRb>>. Acesso em: 30 de maio 2017.

SCHLÜNZEN JUNIOR, K. A institucionalização da educação a distância no Brasil: cenários e perspectivas. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 113-124, 2013.